

11 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO Desvendando Moro

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE

O húngaro George Pólya, um matemático sensato, o que é uma raridade, nos sugere ataques alternativos quando um problema parece ser insolúvel.

Um deles consiste em buscar exemplos semelhantes paralelos de problemas já resolvidos e usar suas soluções como primeira aproximação. Pois bem, a história tem muitos exemplos de justiceiros messiânicos como o juiz Sergio Moro e seus sequazes da Promotoria Pública.

Dentre os exemplos se destaca o dominicano Girolamo Savonarola, representante tardio do puritanismo medieval. É notável o fato de que Savonarola e Leonardo da Vinci tenham nascido no mesmo ano. Morria a Idade Média estrebuchando e nascia fulgurante o Renascimento.

Educado por seu avô, empedernido moralista, o jovem Savonarola agita-se contra a corrupção da aristocracia e da igreja. Para ele ter existido era absolutamente necessário o campo fértil da corrupção que permeou o início do Renascimento.

Imaginem só como Moro seria terrivelmente infeliz se não existisse corrupção para ser combatida. Todavia existe uma diferença essen-

A corrupção é só pretexto. Moro não percebe, em seu esquema fanático, que a sua justiça não é muito mais que intolerância moralista

cial, apesar das muitas conformidades, entre o fanático dominicano e o juiz do Paraná — não há indícios de parcialidade nos registros históricos da exuberante vida de Savonarola, como aliás aponta o jovem Maquiavel, o mais fecundo pensador do Renascimento italiano.

É preciso, portanto, adicionar um outro componente à constituição da personalidade de Moro — o sentimento aristocrático, isto é, a sensação, inconsciente por vezes, de que se é superior ao resto da humanidade e de que lhe é destinado um lugar de dominância sobre os demais, o que poderíamos chamar de “síndrome do escolhido”.

Essa convicção tem como consequência inexorável o postulado de que o plebeu que chega a status sociais elevados é um usurpador. Lula é um usurpador e, portanto, precisa ser caçado. O PT no poder está

usurpando o legítimo poder da aristocracia, ou melhor, do PSDB.

A corrupção é quase que apenas um pretexto. Moro não percebe, em seu esquema fanático, que a sua justiça não é muito mais que intolerância moralista. E que por isso mesmo não tem como sobreviver, pois seus apoiadores do DEM e do PSDB não o tolerarão após a neutralização da ameaça que representa o PT.

Savonarola, após ter abalado o poder dos Médici em Florença, é atraído ardilosamente a Roma pelo papa Alexandre 6º, o Borgia, corrupto e libertino, que se beneficiaria com o enfraquecimento da ameaçadora Florença.

Em Roma, Savonarola foi queimado. Cuidado Moro, o destino dos moralistas fanáticos é a fogueira. Só vai vosmecê sobreviver enquanto Lula e o PT estiverem vivos e atuantes.

Ou seja, enquanto você e seus promotores forem úteis para a elite política brasileira, seja ela legitimamente aristocrática ou não.

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, físico, é professor emérito da Unicamp e membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e do Conselho Editorial da **Folha**

11 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Procuradoria acusa Lula de favorecer Odebrecht

Ex-presidente é denunciado em caso que envolve  
financiamento do BNDES

**Denúncia aponta uso  
pela empreiteira de  
empresa que pertence  
a sobrinho da primeira  
mulher do petista**

RUBENS VALENTE

BELA MEGALE

DE BRASÍLIA

PAULA REVERBEL

DE SÃO PAULO

A Procuradoria da República no DF denunciou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o empreiteiro Marcelo Odebrecht e mais nove pessoas por um suposto esquema de desvios envolvendo a empreiteira e a liberação de verbas do BNDES para obras em Angola.

Lula foi denunciado sob acusação de organização criminosa, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e corrupção passiva. Um dos denunciados é Taiguara Rodrigues, empresário e sobrinho da primeira mulher do petista.

Os procuradores protocolaram junto à Justiça Federal a denúncia nesta segunda-feira (10). A peça sobre o papel de Lula foi dividida em duas fases: a primeira de 2008 a 2010, quando ele ainda era presidente e a segunda, entre 2011 e 2015.

De acordo com os procuradores, na primeira etapa, Lula teria criado as condições

para que a Odebrecht obtivesse futuros contratos no exterior e, ao mesmo tempo, a empresa de Taiguara, a Exergia Brasil, fosse contratada pela empreiteira. Nos anos seguintes, a Exergia recebeu R\$ 20 milhões da Odebrecht.

Nesse primeiro período, um indício citado pelos procuradores contra Lula foi ele ter participado de uma reunião no BNDES na qual indicou a necessidade de o banco financiar projetos na África e na América do Sul.

Na segunda etapa, conforme os procuradores, Lula teria se beneficiado tanto pela contratação de Taiguara quanto pelo pagamento por palestras que não teriam sido realizadas.

Os procuradores consideraram que, no decorrer do inquérito, Lula e a Odebrecht não conseguiram comprovar que o ex-presidente tenha de fato feito duas palestras em Angola, uma por US\$ 100 mil em 2011 e outra por R\$ 479 mil em 2014. Na denúncia, as palestras foram consideradas “vantagens indevidas”.

“As palestras, na realidade, seriam o meio utilizado pela empresa e pelo ex-presidente para escamotear o mecanismo de ‘compra e venda’ da influência exercida por Lula tanto em face dos órgãos

de governo brasileiros (mercê de sua condição de ex-presidente), quanto em face de governos estrangeiros com os quais o Brasil tivera e conservara boas relações”, diz o documento da Procuradoria.

**‘TIO’**

Para demonstrar a proximidade entre Lula e Taiguara, a peça faz referência a mensagens trocadas entre o empresário e um conhecido por meio de um aplicativo.

Os procuradores dizem que as conversas indicam “relação estreita” de Taiguara com Lula “referente a negócios de ambos em ‘Cuba’ e ‘África’, bem como que a ajuda do seu ‘Tio’ é essencial aos negócios de Taiguara”.

Os procuradores mencionam uma conversa datada de janeiro de 2015 entre Taiguara e Antonio Carlos Dahia, que era diretor da Odebrecht Infraestrutura, responsável por negócios na África.

“Acabei de falar com meu tio por tel [telefone], já adiantei o assunto e ele me receberá na quarta. Sugiro que me envie por e-mail os projetos para que eu possa discutir com ele, por favor”, escreveu Taiguara em seu celular.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

Para o Ministério Público Federal, é “inquestionável” que o sucesso empresarial de Taiguara “tem estreita relação com sua condição de ‘sobrinho’” de Lula.

Entre 2008 e 2015, os negócios de Taiguara “prosperaram tão expressivamente que foram mais de 40 viagens internacionais para Angola, Cuba, Panamá e Portugal”.

Os procuradores apontam que Lula aceitou outras “vantagens indiretas”, como pagamentos de despesas pessoais de seu irmão José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, de pelo menos R\$ 10 mil em um plano de saúde e outros R\$ 10 mil em um posto de combustível. Os valores foram pagos pela Exergia Brasil.

Os procuradores também argumentam que os envolvidos tentaram ocultar a origem dos recursos por meio de saques em espécie realizados pelos funcionários das empresas que pertencem a Taiguara, a Exergia (mais de R\$ 1 milhão) e a T7Quatro (mais de R\$ 160 mil).

O petista também é acusado de suposta lavagem de dinheiro, crime que, na avaliação dos investigadores, foi praticado 44 vezes e que foi viabilizado por meio de repasses de valores justificados pela subcontratação da empresa de Taiguara.

Os procuradores integrantes do grupo de trabalho que conduz as investigações afirmam que as palestras foram o foco inicial da apuração.

Na semana passada, a Polícia Federal havia indiciado Lula, Marcelo Odebrecht, Taiguara e os demais investigados após concluir um relatório sobre o caso.

A investigação no Distrito Federal não transcorreu no âmbito da Operação Lava Jato, que também apura a relação de Lula com a Odebrecht.

**66** As palestras, na realidade, seriam o meio utilizado pela empresa e pelo ex-presidente para escamotear o mecanismo de

## A TERCEIRA DENÚNCIA

Ex-presidente Lula é denunciado novamente pelo Ministério Público

### SUSPEITAS



Segundo o MPF, Lula atuou entre 2008 e 2015 junto ao BNDDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para obter financiamento para a realização de obras em Angola pela Odebrecht

A construtora teria então repassado aos envolvidos no esquema valores que passam de R\$ 30 milhões, em valores atualizados

Lula também é suspeito de ter favorecido um sobrinho da primeira mulher, Taiguara Rodrigues, com a contratação da empresa Exergia Brasil, que teria feito parte dos repasses

Parte dos recursos ilícitos também teria sido paga por meio da empresa de Lula LILS Palestras

‘compra e venda’ da influência exercida por Lula

[Taiguara] angariou, repentinamente, diversos contratos com a Odebrecht

DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### OUTROS DENUNCIADOS

- Organização criminosa
- Lavagem de dinheiro
- Corrupção ativa
- Marcelo Odebrecht
- Taiguara Rodrigues dos Santos
- José Emmanuel Ramos
- Pedro Henrique Schettino
- Maurizio Bastianelli
- Javier Rojas
- Marcus Azevedo
- Eduardo Badin
- Gustavo Belitardo
- José Correia

### O QUE HÁ CONTRA LULA

- É réu na Lava Jato em Curitiba sob acusação de lavagem de dinheiro e corrupção passiva, no caso do triplex em Guarujá
- É investigado por ligação com sítio cujas obras foram pagas por empreiteiras investigadas

- É réu na Justiça Federal do DF sob acusação de tentar obstruir a Lava Jato ao tentar impedir a delação de Cerveró
- É investigado pela suspeita de ter usado a nomeação como ministro de Dilma para ganhar foro privilegiado

11 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

# Patologia judicial

**Desequilíbrio e onipotência de autoridades responsáveis pela guarda da lei ameaçam liberdades que estão na base das sociedades democráticas**

Pelas boas razões que se conhecem, têm crescido no Brasil o prestígio e a credibilidade de instituições como o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Seu ativismo e sua influência no cenário político, contudo, parecem cada vez mais trazer consigo o risco de desfigurar-se em atitudes salvacionistas ou prepotentes.

O noticiário dos últimos dias oferece exemplos lamentáveis dessa exaltação na subjetividade de atores sociais aos quais cumpre, acima de tudo, manter o equilíbrio de julgamento e o respeito à lei.

A pedido de um delegado da PF e contando com a anuência de uma procuradora da República no Distrito Federal, uma juíza de primeira instância em Brasília determinou a quebra do sigilo telefônico de um jornalista da revista "Época", que havia publicado reportagem sobre uma lista de correntistas brasileiros num banco suíço.

A relação constava de relatório sigiloso do Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras). A lei prevê punições aos responsáveis por vazamentos desse tipo.

Convocado pelas autoridades, o jornalista recusou-se a revelar suas fontes. Seu silêncio é garantido pela Constituição; trata-se de princípio adotado em qualquer democracia, no intuito de proteger o exercício

dessa profissão. Violá-lo seria fazer da imprensa não um representante do interesse público, mas linha auxiliar das forças policiais.

Zelar pelos segredos sob sua guarda é dever do Estado. À imprensa cabem outros papéis, entre os quais lutar pela transparência em assuntos republicanos.

Enquanto se tenta romper o sigilo telefônico de um jornalista, projeta-se do Ministério Público Federal uma bizarra iniciativa contra a liberdade de expressão.

Um cartaz aparece no portão de um colégio no Rio de Janeiro. Diz "Fora, Temer". Indignado, o pai de um aluno pede providências. Num equivocado acesso de partidarismo, a diretora da instituição diz concordar com o teor da faixa. Não se tratava disso, evidentemente, mas de garantir o direito dos alunos à livre expressão.

O MPF solicita o enquadramento dos funcionários da escola em delitos administrativos e a retirada dos cartazes. É censura, e das mais ridículas, haja vista a disseminação de tais mensagens.

Também a internet está na mira. A fim de retirar do ar uma simples página que continha ataques a um candidato à Prefeitura de Joinville, um juiz eleitoral ameaçou suspender as atividades do Facebook por 24 horas, o que prejudicaria milhões de usuários da rede no país.

Quando se abandonam o senso de proporção e o respeito aos pilares da democracia, o desequilíbrio e a onipotência surgem como verdadeira patologia dos responsáveis pela guarda da lei e da justiça.

11 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## STF barra ação da oposição que pedia para cancelar votação do teto

Ministro rejeita tese de que limite de gastos imposto pelo Executivo viola independência dos Poderes

**Barroso defende responsabilidade fiscal como fundamento de economias 'saudáveis' e Mendes apoia proposta**

Dois ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) saíram em defesa da legalidade da proposta de limite dos gastos públicos apresentada pelo governo ao Congresso.

O ministro Luís Roberto Barroso negou nesta segunda (10) pedido de cancelamento da votação da proposta feito pela oposição. Relator de uma ação movida por deputados do PT e do PCdoB, Barroso rejeitou a tese de que o projeto ofende a independência entre os Poderes, garantida pela Constituição.

Para Barroso, a responsabilidade fiscal é "fundamento das economias saudáveis", e o STF não é o lugar para discutir a repartição dos recursos escassos do Orçamento.

"Por certo, há risco de setores mais vulneráveis e menos representados politicamente perderem a disputa por recursos escassos", escreveu. "Porém, esta não é uma questão constitucional, mas política,

a ser enfrentada com mobilização social e consciência cívica, não com judicialização."

Barroso argumentou que a interferência do Judiciário na tramitação de uma proposta de emenda constitucional só deve ocorrer quando houver risco de desrespeito a cláusulas pétreas da Constituição, o que, para o ministro, não acontece no caso da proposta que cria o teto dos gastos.

Os deputados do PT e do PCdoB argumentavam que a restrição imposta pela emenda ofende a separação dos Poderes, e que o prazo de 20 anos imposto pelo mecanismo alijará senadores e deputados de participarem da elaboração do Orçamento.

O ministro do Supremo Gilmar Mendes declarou apoio à emenda e ironizou o Ministério Público por causa da nota técnica enviada à Câmara na sexta-feira (7) pela Procuradoria-Geral da República, que afirma que a proposta do governo é inconstitucional.

Após uma palestra em Brasília, Mendes considerou natural que o governo procure conter despesas em meio à crise econômica e afirmou que a posição da Procurado-

ria deve ser "muito elevada" para a inteligência dele.

"A União deve fazer dívida para sustentar o Ministério Público? Foge ao meu alcance, talvez seja [uma opinião] muito elevada para a minha inteligência", disse Mendes. "[A União] deve se endividar para pagar os ricos procuradores da República? Ou significa que uma área pode sofrer cortes e outras não?"

No fim do dia, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que Gilmar Mendes preside, divulgou nota oficial em favor da proposta de limitação de gastos. (GABRIEL MASCARENHAS)

**“A União deve fazer dívida para sustentar o Ministério Público? Talvez seja [uma opinião] muito elevada para a minha inteligência. Uma área pode sofrer cortes e outras não?”**

GILMAR MENDES  
ministro do Supremo Tribunal Federal

**CONTINUA**

11 OUT 2016

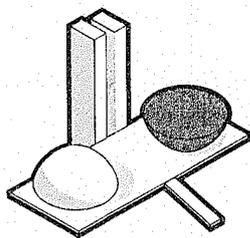
## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### CALENDÁRIO DE VOTAÇÃO

Governo e presidente da Câmara estipulam datas para votar projeto de lei que limita gastos federais

##### NA CÂMARA

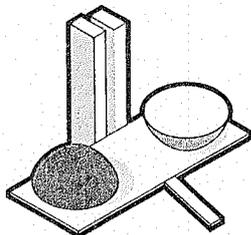


**Primeiro turno**  
10 de outubro

> regimento prevê intervalo de cinco sessões entre as votações

**Segundo turno**  
24 ou 25 de outubro

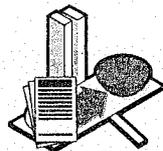
##### NO SENADO



Da Câmara, a emenda segue para o Senado, onde tem de passar pela Comissão de Constituição e Justiça e ser votada também em dois turnos em plenário



**Se for aprovada...**  
é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado



**Se o texto for alterado...**  
volta para nova votação na Câmara

### PERGUNTAS E RESPOSTAS

#### O que é o teto dos gastos públicos?

É um mecanismo proposto pelo presidente Michel Temer para frear o crescimento dos gastos do governo federal, equilibrar o Orçamento no longo prazo e conter o aumento da dívida pública

#### Como os gastos seriam corrigidos?

A proposta do governo prevê que o crescimento das despesas seja limitado à correção pela inflação do ano anterior. Seria usada a inflação acumulada em 12 meses até junho, segundo o IPCA, o índice oficial de preços. Na prática, os gastos do governo seriam congelados em termos reais

#### Por quanto tempo?

O congelamento dos gastos pode durar até 20 anos se o Congresso aprovar a proposta do governo, que inclui o teto na Constituição. O projeto prevê a possibilidade de revisão do mecanismo após os primeiros nove anos

#### Há alguma exceção?

O teto não se aplica aos gastos com juros da dívida, que o governo não tem como controlar, repasses obrigatórios para Estados e municípios, incluindo o dinheiro de um fundo destinado à educação básica, gastos com eleições e capitalização de estatais

#### Saúde e educação estão ameaçadas?

A Constituição hoje obriga o governo a destinar um percentual de suas receitas a essas áreas. Com o teto, a ideia é substituir essas vinculações por um novo piso, que, a partir de 2018, seria corrigido pela inflação do ano anterior como as demais despesas. Nos primeiros três anos, o piso deve garantir para essas áreas mais recursos do que os assegurados pela regra atual

#### E os Estados?

Projeto que autoriza a renegociação de dívidas de Estados e municípios com a União submete os gastos dessas unidades da Federação ao teto por dois anos. O plano do governo é enviar ao Congresso outro projeto depois, estendendo o teto aos Estados e aos municípios por mais tempo

#### E se não cumprir?

Se o governo gastar além do que o teto permite, a proposta prevê a suspensão de concursos públicos e o congelamento do salário mínimo e dos salários dos servidores como medidas de correção automática

CONTINUA

11 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

### Alternativa seria muito pior, afirma Meirelles

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER  
DE NOVA YORK

Se a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do teto de gastos públicos não for aprovada, o Brasil poderá ter de enfrentar alternativas “muito mais sérias e muito piores para o país”, como a alta de impostos.

É o diagnóstico dado nesta segunda-feira (10) pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que está em Nova York para uma série de reuniões com investidores.

“Se não aprovar o teto, aí sim terão de ser contempladas outras possibilidades, todas muito mais sérias e muito piores para o país. O teto é uma boa solução, é uma excelente solução para o país neste momento.”

A resposta foi dada após ser questionado sobre a necessidade de elevar tributos caso a PEC fracasse no Congresso Nacional.

O projeto (que por 20 anos limita os gastos do governo à inflação dos 12 meses anteriores) foi votado pela Câmara

na noite desta segunda. Haverá ainda uma votação em segundo turno na Câmara. Em seguida, a proposta segue para análise do Senado.

Em outra passagem por Nova York em abril, a dias de virar ministro, Meirelles havia dito não descartar o aumento da carga tributária, “temporariamente”.

Para 2017, contudo, essa hipótese já não é cogitada no Orçamento. “Não será necessário, os cálculos mostram isso claramente.”

#### SALÁRIO MÍNIMO

O ministro, que está nos EUA desde a semana passada devido a reuniões em Washington do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial, também comentou sobre a possibilidade do teto, caso violado, inibir o aumento real do salário mínimo, hoje em R\$ 880.

“A violação do teto é outro problema. Caso [ele] seja violado pelo Executivo, existem diversas restrições, e uma delas é que o salário mínimo naquele período não pode ser

elevado acima da inflação.”

Na sequência, fez a ressalva: “Não podemos trabalhar com a hipótese de que o teto será violado a todo momento. Porque se isso acontecer, não está tudo bem. Volta a insolvência do Estado, situação de desemprego, de recessão, uma situação na qual os brasileiros não têm perspectiva.”

Meirelles afirmou que, ao impor um limite para gastos públicos, se está “restaurando a saúde da economia”.

#### ELEIÇÃO DOS EUA

Ele não quis opinar foi a eleição presidencial dos EUA, país que visita para vender uma imagem positiva do Brasil a investidores.

Os dois principais candidatos, Hillary Clinton e Donald Trump, têm mantido posição avessa a acordos comerciais, um protecionismo que bate de frente com a defesa do livre-comércio que o brasileiro fez dias antes, em Washington. Meirelles disse esperar que “qualquer que seja o eleito, ele ou ela, aplique uma atitude de bom senso”.

11 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

### Maldito é o fruto

A delação premiada da Odebrecht deve originar mais de cem inquéritos espalhados pelo país, estima a Lava Jato. A colaboração da empreiteira será um marco não só pela extensão das denúncias, mas pelo efeito que terá para o futuro da operação. Com tantos “filhotes” distribuídos em diferentes Estados e esferas judiciais, a força-tarefa em Curitiba teme que a pulverização limite a transparência dos casos, desacelere o ritmo das investigações e resulte em prescrição de crimes.

**No escuro** Em Curitiba, o juiz Sergio Moro optou por tirar o sigilo de documentos e processos, ato considerado crucial para o sucesso da operação juto à opinião pública.

**Fora de alcance** No Paraná, um sistema online de acesso aos autos (e-proc) garante a transparência da Lava Jato. Mas a plataforma não está presente em muitos outros Estados, o que deve dificultar o acompanhamento de futuros casos pela imprensa.

**Rebentos** Por decisão do ministro Teori Zavascki, os casos que não envolverem a Petrobras devem sair de Curitiba. Oficialmente, a Lava Jato funcionará até setembro de 2017, cronograma que não inclui o que virá à tona com a delação da empreiteira.

### PAINEL DO LEITOR

#### Prisão em 2ª instância

Na coluna PAINEL (9/10), na nota “tiroteio”, leio que o advogado Edward Carvalho declarou que vivemos tempos estranhos porque o STF ordena prisão em segunda instância e proíbe vaquejada. Estranho é em pleno século 21 ainda existir vaquejada e que, no Brasil, diferentemente do que ocorre em países desenvolvidos, condenados em segunda instância pudessem, através de intermináveis recursos, ficar tanto tempo em liberdade a ponto de penas acabarem prescrevendo para regozijo deles próprios e de seus advogados. Aliás, isso não era só estranho, era uma excrescência.

ADILSON FERNANDES MACHADO  
(Guaratinguetá, SP)

11 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

# O VELHO DE NOVO

Com apelo à nostalgia e gafe sobre pobres que o derrubou nas pesquisas, Rafael Greca quer voltar a comandar Curitiba com discurso antipolítico

“ Eu sou eu mesmo, mostro meus defeitos (...) [Comentário sobre cheiro de pobre] foi confusão que já passou. E me deu a chance de mostrar que sempre fui militante do serviço social

RAFAEL GRECA (PMN)  
candidato a prefeito de Curitiba

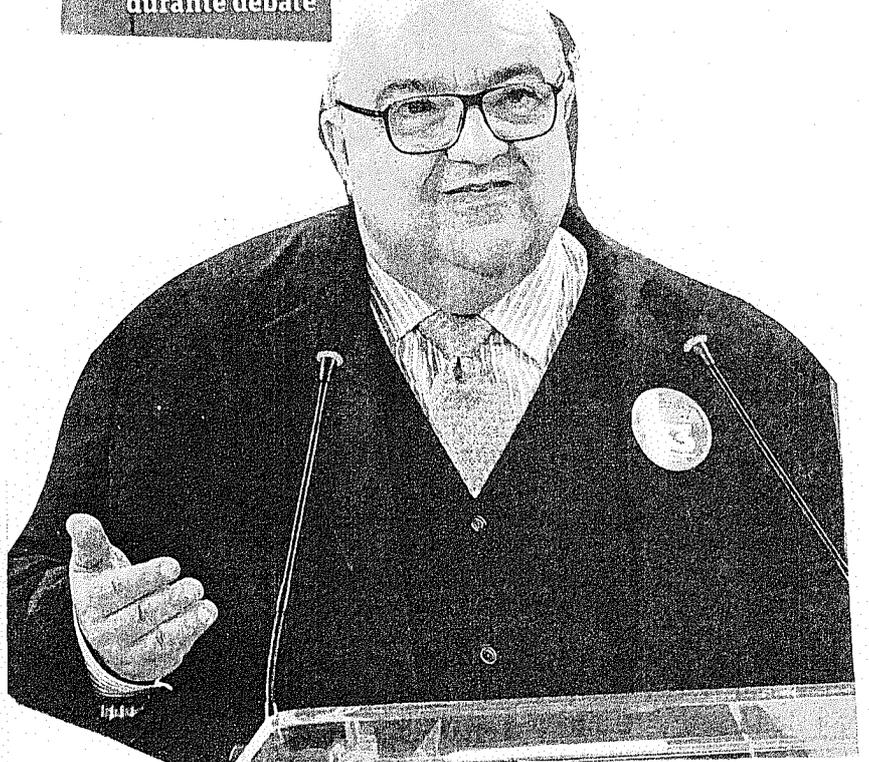
ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Rafael Greca tem os olhos apertados, como alguém que sorri permanentemente. Os braços curtos, quando não estão apoiados sobre a cintura arredondada do candidato, sustentam o dedo em riste, em tom professoral.

É com ele que o ex-prefeito conclama o público, depois de invocar a “proteção do santo Arcanjo Gabriel”, a cantar o hino de Curitiba — cidade em que concorre, mais uma vez, à prefeitura.

Aos 60 anos, filiado ao nânico PMN, Greca foi o mais votado no primeiro turno, com 38%. Seu concorrente é Ney Leprevost (PSD), deputado estadual que surpreendeu na reta final, fez 24% e tirou o atual prefeito Gustavo Fruet (PDT) do páreo.

Rafael Greca (PMN)  
durante debate



Greca chegou ao segundo turno com um apelo à nostalgia e o bordão “Volta, Curitiba”. Prefeito entre 1993 e 1996, ele foi sucessor do arquiteto Jaime Lerner, na época seu aliado político e referência em urbanismo.

Engenheiro por formação, deu continuidade ao legado do antecessor e fez obras pouco ortodoxas que viraram símbolo da sua gestão, como bibliotecas em formato de farol e chafarizes luminosos.

Agora, embalado pela baixa aprovação do atual prefeito, promete levar Curitiba de “volta para o futuro”, com casas com energia fotovoltaica e incubadoras para start-ups.

“Eu sou experiente, mas tenho jovialidade de espírito”, disse o candidato à **Folha**.

**CONTINUA**

11 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Dono de um raciocínio veloz e de uma retórica elogiada por adversários, Greca cometeu um grave deslize no primeiro turno: em uma sabatina, declarou ter “vomitado com o cheiro de pobre”, ao ajudar um morador der rua.

A frase, pela qual pediu desculpas, foi disparada em redes sociais e programas eleitorais. Foi o que impulsinou a candidatura de Leprevost, que figurava num distante terceiro lugar, com 7% das intenções de voto. Greca, que pelas pesquisas poderia vencer em primeiro turno, caiu drasticamente.

“Eu sou eu mesmo, não tenho marketing. Inclusive mostro meus defeitos”, disse, ao votar no último domingo. “Foi uma confusão que já passou. E me deu a chance de mostrar que sempre fui um militante do serviço social.”

### ANTIPOLÍTICO

O candidato tem dado destaque à experiência como gestor para se diferenciar de Leprevost, 42, que começou a vida como radialista e sonha em ser prefeito há anos.

Ao mesmo tempo, vende a imagem de antipolítico, apesar de ex-deputado federal e ministro do Turismo de Fernando Henrique Cardoso. “Fui ungido pela repulsa de Brasília”, argumenta.

Na época, Greca foi acusada de exploração ilegal de bingos eletrônicos —segundo ele, porque “bateu de frente” com quem controlava o negócio. Teve de deixar o cargo.

Alvo de ação de improbidade na Justiça Federal, foi absolvido, mas o Ministério Público recorreu e aguarda decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Ministro, foi responsável pelas comemorações dos 500 anos do descobrimento — marcadas pelo fiasco da Nau Capitânia, réplica da caravela de Pedro Álvares Cabral que afundou e não chegou a tempo das festividades.

Hoje, ele afirma querer ser prefeito por “amor a Curitiba”. Em todo discurso, despeja datas, nomes e fatos sobre a cidade, e encerra, com a frase que lhe é característica: “Viva Curitiba!”.

O ex-prefeito critica a imobilidade da atual gestão, que chama de “burocrática”.

“Não dá para deixar que o Ministério Público, que não é eleito, governe ou impeça de governar”, afirmou o ex-prefeito à **Folha**.

Durante a campanha, Greca foi acusado de furtar peças de um museu municipal quando prefeito. A **Folha** mostrou que algumas obras desaparecidas se parecem com itens que estão em sua chácara. O candidato nega e diz ter apenas heranças de família, que se assemelham em estilo aos itens sumidos. “A minha casa é um reflexo da minha alma”, afirma.

Sua aliança com o governador Beto Richa (PSDB) também foi alvo de ataques. O tucano vive má fase, com baixa popularidade, mas deu tempo de TV e estrutura à campanha do nanico.

Greca, que costumava criticar Richa e sua administração, foi muito questionado, e se irritou algumas vezes.

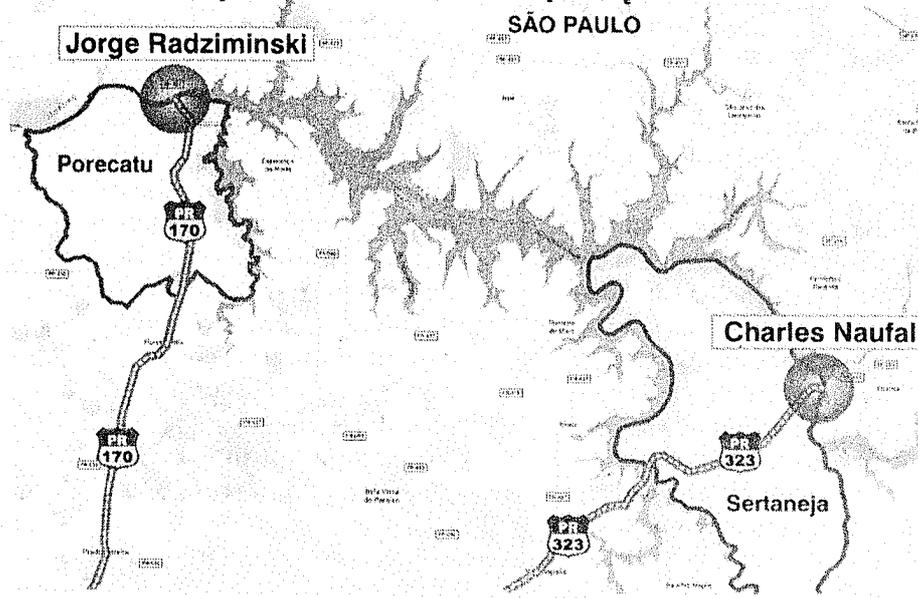
“O que é a política? É servir o povo. Político vem de pólis. Pólis é cidade. É sobre a cidade amada que é meu dever falar”, declarou em sabatina no jornal “Gazeta do Povo”.

Algumas críticas ele costuma atribuir ao “mau hábito da alma”. “Só veem o lado avesso do mundo”, disse. “É tão bonito ver o lado bom. Eu sou alegria, eu sou feliz.”

1 1 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA  
**MP protocola  
nova denúncia  
contra 13  
auditores estaduais**

Promotoria acusa servidores  
da Receita de liberar cargas de  
bebidas em postos da Polícia  
Rodoviária Estadual mediante  
o pagamento de propina



**CONTINUA**

## PUBLICANO

MP denuncia  
13 auditores fiscais,  
empresário e  
assistente em caso  
de liberação de cargas  
em postos da  
PRE supostamente  
mediante cobrança  
de propina.  
Delator fica em  
silêncio durante  
interrogatório

Loriane Comeli

Reportagem Local

O Ministério Público (MP) de Londrina protocolou, no último dia 3, denúncia contra 13 auditores fiscais, um empresário do setor de bebidas e seu assistente por crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e corrupção passiva tributária: os crimes teriam ocorrido entre 2002 e 2009 e consistiam na liberação de cargas em dois postos da Polícia Rodoviária Estadual (PRE) onde auditores atuavam em postos fiscais mediante a cobrança de propina.

O processo foi distribuído à 3ª Vara Criminal, sob responsabilidade do juiz Juliano Nanuncio, titular de todos os processos relativos à Operação Publicano, deflagrada em março do ano passado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para investigar esquema de corrupção e sonegação fiscal na Receita

Estadual de Londrina e com ramificações pela alta cúpula, em Curitiba. Ao todo, 71 auditores estão envolvidos. Nanuncio recebeu a denúncia, que está sob sigilo devido a possíveis medidas cautelares.

De acordo com a denúncia, o grupo de 13 auditores, do qual fazia parte o principal delator da Publicano, Luiz Antonio de Souza, liberava as cargas de bebidas, especialmente cerveja, sem qualquer conferência das notas fiscais. Em depoimento ao Gaeco, o dono da empresa disse que pagava R\$ 1 mil por caminhão do tipo carreta e R\$ 500 por caminhão do tipo "truck". Os postos rodoviários na Região Metropolitana de Londrina (RML) por onde passavam os caminhões da distribuidora de bebidas eram o Charles Naufal, em Sertaneja, e o Jorge Radziminski, em Porcatu.

O empresário disse que durante mais de cinco anos entregou as propinas semanalmente ao seu assistente, cuja função era negociar com o grupo de auditores e, também, repassar a eles sua parte no acordo de corrupção.

No final do ano passado, o MP protocolou denúncia semelhante, porém, distribuída à 2ª Vara Criminal, que tratava de cobrança de propina de empresa

de laticínios para liberar cargas nos mesmos postos fiscais. Os crimes, entretanto, teriam ocorrido entre 2003 e 2005, período em que a empresa teria sonegado mais de R\$ 80 mil em ICMS. Dez auditores e um empresário foram denunciados.

## CONTINUA

# Com rescisão de benefícios, principal delator da Publicano fica em silêncio

Loriane Comeli  
Reportagem Local

O principal delator da Operação Publicano, o auditor Luiz Antonio de Souza, manteve-se em silêncio ontem em interrogatório no processo relativo à terceira fase da operação, que apura a existência de um esquema de corrupção e sonegação final comandado por auditores da Receita Estadual de Londrina. Foi o primeiro interrogatório dele desde maio, quando teve o acordo de delação premiada rescindido em razão da prática de novos delitos (apurados na quinta fase da Operação Publicano) e perdeu os benefícios, como deixar a prisão em 30 de junho deste ano.

Ao juiz Juliano Nanuncio, titular dos processos da Publicano, o auditor, que está preso há um ano e nove meses, desde que foi flagrado com uma adolescente em um motel, disse que as circunstâncias o levaram a manter o silêncio: estava desacompanhado do advogado Eduardo Duarte Ferreira; que o advogado dativo “não conhece o processo”; e que, com os bens bloqueados, não pôde contratar outro advogado. “Os fatos que aconteceram me impedem de falar”, declarou o auditor. Ferreira não pode se aproximar de Souza em razão de medida judicial decorrente da Publicano 5, da qual o advogado também é réu na acusação de extorsão

*“Os fatos que aconteceram me impedem de falar”, declarou Luiz Antonio Souza, sobre o fato de o advogado dativo que o acompanhava não conhecer o processo*

de empresários do setor de abate de suínos.

Nanuncio explicou ao auditor que os procedimentos previstos em lei foram rigorosamente seguidos: com a proibição de Ferreira de atuar no caso, ele, Souza, foi intimado para contratar outro advogado. E, para quem não tem dinheiro, o juiz deve nomear um defensor dativo. “Não há nenhuma irregularidade no procedimento”, afirmou o magistrado ao réu. Desde que começaram as audiências da Publicano 3, há duas semanas, o advogado dativo Fernando Pelloso tem acompanhado Souza.

A Publicano 3, ao contrário dos outros cinco processos relativos a fraudes na Receita Estadual, não apura denúncias de corrupção, mas crimes de lavagem de dinheiro pelo auditor José Luiz Favoreto Pereira, ex-delegado da Receita de Londrina e também investigado por crimes sexuais. Segundo a acusação, com a ajuda de outros réus e

de Souza, Favoreto teria tentado ocultar a origem ilícita de patrimônio milionário, oriundo de propinas pagas por empresários sonegadores de impostos.

Para o advogado de Favoreto, Walter Bittar, o silêncio de Souza “vai enfraquecer a teoria da acusação”, já que se trata do principal delator do caso. “Ele é o supedâneo principal de tudo o que o Ministério Público produziu até agora.”

O promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em sentido contrário, acredita que a comprovação dos fatos não depende apenas da delação de Souza, já que há documentos que confirmam a tese de lavagem de dinheiro. Além disso, afirmou Costa, houve rescisão dos benefícios da delação, mas tudo o que foi dito continua valendo. “Aquilo que ele contou até hoje permanece valendo”.

Diante da recusa de Souza em falar, a audiência foi encerrada. Os interrogatórios dos outros réus que moram em Londrina estão marcados para semana que vem, entre os dias 17 e 19. Favoreto será interrogado no último dia.

11 OUT 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Afastamento de Moro**

Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolaram ontem duas ações pedindo o afastamento de 13 procuradores do Ministério Público Federal envolvidos na força-tarefa da Operação Lava Jato e a retirada do juiz Sérgio Moro como magistrado responsável por julgar a denúncia contra o petista e sua esposa, Marisa Letícia da Silva, réus na operação pelo caso do triplex do Guarujá. Os pedidos serão analisados e, se negados, caberá recursos em instâncias superiores.

### **Repúdio à PEC 241**

A Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef) divulgou ontem nota de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 que institui um teto para o gasto público federal. Caso seja aprovada, a PEC reduzirá os gastos federais em educação, saúde e em programas sociais relevantes, representando um retrocesso na redução da desigualdade social no Brasil. Para a Anadef, isso é uma afronta aos direitos e garantias Constitucionais do cidadão, em especial da população carente, que necessita desses serviços.

### **Sucateamento da defensoria**

No entender da Anadef, o projeto colabora para o iminente sucateamento da Defensoria Pública da União, já que a carreira passará por um esvaziamento: dos 620 defensores públicos federais em atuação no país, cerca de 60 devem deixar a Defensoria Pública da União (DPU) até o final do ano motivados pela falta de estrutura e investimentos no órgão. "Ao provocar forte redução dos gastos governamentais em programas para melhoria da qualidade de vida da população, a PEC 241 afronta direitos e garantias do cidadão, ferindo princípios garantidos pela Constituição Federal", pontua a entidade.

11 OUT 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Multados**

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná multou dois ex-chefes da Casa Civil do governo do Paraná Reinhold Stephanes e Cezar Augusto Carollo Silvestri por falhas na gestão da pasta em 2014. Stephanes, que chefiou o órgão de fevereiro de 2013 a abril de 2014, recebeu duas multas de 40 vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná (UPF-PR) que, em outubro, totalizam R\$ 7.557,60. Silvestri, secretário da Casa Civil de abril a dezembro de 2014, recebeu três dessas multas, que em outubro totalizam R\$ 11.336,40. A soma das sanções aplicadas aos dois ex-secretários, se forem pagas em outubro, é de R\$ 18.894,00. Cabe recurso da decisão.

### **Comissionados em excesso**

A Coordenadoria de Fiscalização Estadual (Cofie) do TC, responsável pela instrução do processo, destacou que 45 servidores efetivos ocupantes da função de gestão pública não tinham atribuições de chefia, direção e assessoramento; que havia na pasta 372 servidores comissionados e apenas 74 concursados; e que, dos 391 servidores comissionados da Secretaria de Governo, 52 estavam cedidos a outros órgãos.

11 OUT 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Juízes federais reagem a PEC que limita gastos do Poder Público por 20 anos

Depois de ser aprovada por 23 votos a 7 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o plenário da Casa deve votar nesta segunda-feira (10/10), em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016, que impõe limite de gastos ao Poder Público pelos próximos 20 anos por meio de reajustes anuais orçamentários pelo IPCA.

A medida afeta todo o serviço público. No fim de semana, juízes federais trataram do assunto e debateram formas de excluir o segmento dos cortes propostos pelo governo. A categoria alinha-se ao entendimento da Procuradoria-Geral da República e considera que a proposta coloca em risco o funcionamento do sistema de Justiça do país.

“Com a PEC 241 o Executivo passará a ser o ‘super poder’, controlando os demais poderes e o Ministério Público por meio dos recursos financeiros. A longo prazo, o Judiciário será obrigado a fechar varas diante da impossibilidade de contratação de novos

juízes e servidores. A pretexto de controlar gastos, a medida irá dificultar o enfrentamento da corrupção, essa sim a raiz da crise econômica brasileira” afirma o presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Roberto Veloso.

Para se adequar aos limites, salários, auxílios e indenizações serão afetados com a falta de aumentos reais. No caso do Judiciário, a medida afetará a instalação de varas, contratações e toda nova despesa para se adequar ao limite imposto pela PEC tomando por base o ano de 2016 — ou seja, segundo a PEC, algum lugar terá de sofrer cortes para viabilizar a nova vara ou os novos cargos.

Na prática, a medida deve inviabilizar de vez a instalação dos novos tribunais federais, suspensa desde 2013, por decisão do então ministro Joaquim Barbosa, na presidência do Supremo Tribunal Federal, em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional de Procuradores Federais (Anpaf).

11 OUT 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Barroso nega pedido e mantém andamento da PEC sobre teto dos gastos

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou pedido de liminar apresentado por deputados do PT e do PCdoB contra proposta de limitar os gastos públicos do país pelos próximos 20 anos. Para ele, seria antidemocrático impedir a tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição “que pode, ou não, produzir um consenso parlamentar significativo”.

O texto, apresentado pelo governo Michel Temer (PMDB), está em andamento na Câmara dos Deputados e quer vincular o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. Um grupo de parlamentares moveu Mandado de Segurança no STF, alegando que a PEC 241 planeja “abolir a separação dos Poderes”.

Entre os motivos, a oposição diz que o reajuste anual seguiria o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) — elaborado por uma autarquia ligada ao governo federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —, o que geraria uma “proeminência do Poder Executivo sobre os demais”.

Os autores queriam uma medida liminar para suspender a tramitação da PEC até o julgamento do mérito. Barroso, porém, rejeitou o pedido nesta segunda-feira (10/10). Embora reconheça a possibilidade de suspender o andamento de PECs, como fez em proposta envolvendo mudanças na demarcação de terras indígenas (MS 32.262), o relator não viu motivos no caso atual.

11 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## “Corpo a corpo” confirma a PEC do Teto

Deputados aprovam limite aos gastos públicos em primeiro turno. Modo como Temer negociou com a Câmara agrada os aliados

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

Correspondente

● Jantares, almoços e Power Point. A tríade adotada pelo Planalto nas duas últimas semanas foi responsável em parte pela votação expressiva a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos com correção apenas pela inflação. Na noite de ontem, o corpo principal da PEC foi aprovado em primeiro turno de votação na Câmara dos Deputados por 366 votos contra 111.

Protocolada no Congresso Nacional no mês de junho, no mês seguinte à posse provisória de Michel Temer na presidência da República, a PEC é classificada pelo Planalto como a principal bandeira do ajuste econômico, daí o empenho na articulação. “Ele [Michel Temer] já foi três vezes presidente da Câmara dos Deputados. É um político experimentado, sabe como deve tratar o parlamento”, comentou o deputado federal Sergio Souza (PMDB-PR), que na noite de domingo foi um dos mais de 200 parlamentares presentes no Palácio da Alvorada para um jantar de “pré-votação”.

Até o horário do encontro, admitiu o Planalto, foi estratégico: como o plenário da Câmara geralmente fica esvaziado às segundas-feiras, o jantar um dia antes traria os parlamentares para Brasília com antecedência, garantindo quórum para a apreciação da PEC.

Temer e a primeira-dama Marcela receberam pessoalmente os convidados, no hall de entrada do Alvorada. Temer cumprimentou um a um. Também tirou fotos. No cardápio, além de filé mignon, salmão e risoto, os economistas José Márcio Camargo e Armando Castelar fizeram uma exposição em Power Point sobre a necessidade da aprovação da PEC e de uma reforma da previdência.

Resistente à PEC, o paranaense João Arruda (PMDB) foi submetido ao Power Point do Planalto ainda antes do jantar de domingo. No jantar anterior, no final do mês passado, Arruda se reuniu com os líderes no Alvorada para ouvir os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Eliseu Padilha (Casa Civil), que também fizeram uma exposição sobre a evolução das despesas públicas. “Independentemente do conteúdo da PEC, não dá para negar que, ao contrário do que acontecia na gestão Dilma Rousseff, agora há bastante diálogo”, resumiu Arruda.

A articulação no estilo “corpo a corpo” também foi adotada pelos líderes da base aliada, que carregaram a tiracolo, na última semana, um mapa com os votos de parlamentares contra e a favor, além da lista de “indecisos”.

“Eu acho que os discursos do presidente Temer convencem porque não são discursos preparados por alguém. Ele acredita no que está falando, consegue demonstrar a necessidade daquela mudança e isso contagia os líderes”, afirmou Souza.

Desde o início do mês, o Planalto fez reuniões constantes para tratar da PEC com os líderes da base aliada — 20 dos 27 partidos políticos com representação na Câmara integram a bancada de apoio à gestão peemedebista. No próprio domingo, antes do jantar, líderes afinaram o discurso em um almoço.

No discurso oficial, o presidente Temer quis passar a ideia de gestão conjunta, na qual Executivo e Legislativo trabalham juntos. “O jantar demonstrou respeito pelo Legislativo”, concordavam aliados ontem já no Salão Verde da Câmara dos Deputados.

A estratégia, ao que parece, deu certo.

**CONTINUA**

11 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### 2º TURNO

#### **Proposta ainda precisa passar por mais uma votação na Câmara**

Até o fechamento desta edição, a Câmara dos Deputados ainda apreciava destaques à PEC. Antes de seguir para discussão no Senado, a proposta precisa passar por mais um turno de votação na Câmara, que deve ocorrer em um intervalo de cinco sessões. Como ontem, por se tratar de uma emenda constitucional, são necessários no mínimo 308 votos (três quintos da Casa).

Um dos votos a favor da PEC, o do deputado federal Sílvio Costa (PTdoB-PE), chamou atenção. Conhecido por ser um dos mais aguerridos defensores do governo anterior, de Dilma Rousseff, ele alegou que não seria "irresponsável" como a antiga oposição, "que só aprovou pauta-bomba" com a intenção de enfraquecer a gestão petista.

Ao longo da sessão, a oposição apresentou uma enxurrada de requerimentos para embaralhar a votação. Mas, em menor número, não conseguiu postergar a discussão e todos os requerimentos acabaram derrubados pela base aliada.

## IRONIAS

A quantidade de almoços e jantares promovidos pelo presidente Temer e sua equipe às vésperas da votação da PEC foi alvo de ironias da oposição. Na sessão de ontem, ao criticar com veemência o texto da PEC, Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) disparou da tribuna: "Almozem os trabalhadores! Jantem os aposentados! É isso o que vocês querem". O vinho argentino, servido no jantar de domingo, também não passou despercebido pela oposição. "Durante dez anos foram servidos vinhos brasileiros no Alvorada, em defesa da viticultura nacional. O vinho argentino é um acinte ao povo brasileiro", protestou Pepe Vargas (PT-RS). "Culpa do governo Dilma, que aumentou as alíquotas dos vinhos brasileiros", devolveu o líder do DEM, Pauderney Avelino (AM).

11 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO



11 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## Defesa de Lula pede suspensão da ação sobre o triplex até desfecho no STF

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Cristiano Zanin Martins e Roberto Teixeira, pediram a suspensão da ação que investiga o petista e sua esposa, Marisa Leticia da Silva, até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue os inquéritos que estão tramitando na Corte envolvendo as investigações da Operação Lava Jato. Na semana passada, o ministro Teori Zavascki decidiu fatar o principal inquérito envolvendo a operação em quatro ações separadas.

Segundo os advogados, os atos de Lula apontados pela força-tarefa da operação no dia 14 de setembro dizem respeito a atos normais de um presidente da República. "Há uma clara tentativa de criminalização de atos inerentes à política. A denúncia de atos políticos num suposto grande esquema de organização criminosa não tem qualquer tipo de respaldo em provas", disse o advogado.

A argumentação dos advogados, também, é de que os supostos crimes indicados pelos procuradores teriam ocorrido em Brasília ou São Paulo, e não seria competência da Justiça Federal em Curitiba julgar.

As quatro ações protocoladas hoje, que alegam a incompetência da Vara Federal em Curitiba para julgar a ação, pede o afastamento dos procuradores da força-tarefa das investigações e aponta a suspeição de Sergio Moro para julgar o caso, além da defesa do mérito das acusações, serão julgadas pelo próprio juiz Moro. Caso negado, os advogados poderão recorrer em instâncias superiores.

A defesa de Lula afirmou ainda que o valor pedido pelo MPF de bloqueio de bens de Lula e de outros sete acusados é incompatível com os fatos. A força-tarefa da Operação Lava Jato pede bloqueio e ressarcimento no valor de R\$ 87 milhões ao caixa da Petrobras.

Durante coletiva de imprensa, Martins afirmou que a soma das supostas vantagens recebidas por Lula na aquisição de um triplex no Guarujá (R\$ 3,7 milhões) e o valor do imóvel (R\$ 1,3 milhão) não atingem a quantidade de bloqueio pedida pelos procuradores. Ainda assim, o advogado reforçou que seu cliente não é dono do imóvel e não recebeu as vantagens apontadas.

“Há uma clara tentativa de criminalização de atos inerentes à política. A denúncia de atos políticos num suposto grande esquema de organização criminosa não tem qualquer tipo de respaldo em provas.”

Cristiano Zanin Martins,  
advogado de defesa de Lula.

## AFASTAMENTO

Advogados de Lula entraram ontem com duas ações pedindo afastamento de 13 procuradores do MPF envolvidos na Lava Jato e a retirada do juiz Sergio Moro como magistrado responsável por julgar a denúncia contra o petista e sua esposa, Marisa Leticia da Silva, réus na operação pelo caso do triplex do Guarujá.

11 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## MPF denuncia Lula por lobby no BNDES para a Odebrecht

Ex-presidente teria  
ganho R\$ 30 milhões  
em retribuição à  
liberação de verba do  
banco para obras da  
empreiteira em Angola

SAO PAULO

*Estadão Conteúdo*

● O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o empresário Marcelo Odebrecht pelos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e organização criminosa. A acusação contra eles e mais nove investigados foi enviada à Justiça Federal, ontem.

Segundo a Procuradoria da República no Distrito Federal, Lula teria atuado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para garantir a liberação de financiamentos à Construtora Odebrecht para obras de engenharia em Angola. A acusação aponta que a empreiteira, em retribuição, “repassou aos envolvidos, de forma dissimulada, valores que, atualizados, passam de R\$ 30 milhões”.

No caso de Lula, a denúncia separa a atuação em duas fases. A primeira, entre 2008 e 2010, quando o petista ainda ocupava a Presidência da República e, na condição de agente público, praticou corrupção passiva. E a segunda, entre 2011 e 2015, como ex-mandatário, momento em que, segundo a Procuradoria, cometeu tráfico de influência.

O MPF afirma que só o crime de lavagem de dinheiro foi praticado 44 vezes por Lula, sendo viabilizado por meio de repasses de valores justificados pela subcontratação da empresa Exergia Brasil, criada em 2009 por Taiguara Rodrigues dos Santos, sobrinho de Lula e também denunciado na ação penal.

“Parte dos pagamentos indevidos se concretizou por meio de palestras supostamente ministradas pelo ex-presidente a convite da construtora”, informou o MPF. A denúncia aponta que a contratação foi feita por meio da empresa LILS Palestras, criada por Lula em 2011, menos de dois meses depois de o petista deixar a Presidência.

O advogado Cristiano Zanin Martins, que defende Lula, disse ontem que não há nenhuma relação entre as

palestras feitas pelo ex-presidente no exterior e empréstimos do BNDES à Odebrecht. “As decisões do BNDES são colegiadas e o presidente da República não participa delas.” Segundo ele, todas as palestras feitas por Lula estão documentadas.

**CONTINUA**

11 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## DA INVESTIGAÇÃO À ACUSAÇÃO

Confira inquéritos, denúncias e ações penais que envolvem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava Jato:



### Outro lado

A defesa de Lula alega inocência em todas as acusações feitas até agora e acusa o Ministério Público Federal de perseguição contra o ex-presidente.

Fonte: CNJ e Redação.  
Infografia: Gazeta do Povo.

  
**Investigação e indiciamento:**  
Polícia Federal ou Polícia Civil

Fase em que se abre um inquérito policial para investigar um crime e busca-se demonstrar a culpabilidade do investigado. Comprovados indícios de autoria e materialidade, ele é indiciado em inquérito policial.

#### **Obstrução de Justiça (STF)**

Acusado de articular a própria nomeação para a chefia da Casa Civil a fim de obter foro privilegiado e barrar as investigações do juiz Sergio Moro.

#### **Corrupção na Petrobras (STF)**

Investigado por suposta participação no esquema de corrupção que lesou a Petrobras e beneficiou um cartel de empreiteiras.

  
**Denúncia ou acusação formal:**  
Ministério Público

Com a conclusão do inquérito, o MP analisa se há provas contra o indiciado que justifiquem a abertura de uma ação penal. Se houver, remetem o caso à Justiça apresentando uma denúncia, ou seja, um pedido de abertura de ação penal contra o acusado.

#### **Tráfico de influência (JF-DF)**

Denunciado por supostamente ter atuado para liberar verba do BNDES em obra da Odebrecht em Angola.

  
**Processo penal:**  
Judiciário

Se o juiz aceitar a denúncia, o acusado passa à condição de réu e começa a responder a processo judicial. Nessa fase, tem amplo direito de defesa e, ao fim do processo, pode ser absolvido ou condenado a cumprir pena.

#### **Obstrução de Justiça (JF-DF)**

Lula é réu acusado de tentar comprar o silêncio do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró e impedi-lo de firmar acordo de colaboração premiada.

#### **Lavagem de dinheiro (JF-PR)**

Réu sob suspeita de ter recebido "benesses" da empreiteira OAS em obras de reforma e decoração em um apartamento triplex no Guarujá (SP).

1 1 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### **JUSTIÇA**

Infelizmente, no Judiciário também há corruptos e "otoridades". Foram-se os tempos em que juiz era respeitável e respeitava. Hoje muitos reclamam que ganham pouco e exigem auxílio isso e aquilo. Juízes como Sergio Moro são poucos. Vejam o caso do Tribunal de Contas do Paraná, onde foi comprovada a corrupção e um desembargador ainda exigiu a indicação do seu filho, também envolvido em negócios escusos, para o Tribunal de Contas. Como disse Martin Luther King, "o que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons!"

**Luiz Fanchin Jr.**

11 OUT 2016

# TRIBUNA DO PARANÁ COM A JUSTIÇA

Lula e outros dez  
são denunciados  
pelo MPF por  
obras financiadas  
pelo BNDS  
na Angola

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras dez pessoas - entre elas, o empresário Marcelo Odebrecht - foram denunciadas ontem pelo Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF/DF). A denúncia foi entregue à Justiça Federal e se refere à Operação Janus, deflagrada em maio último e que investiga contratos relacionados à Construtora Odebrecht e pessoas ligadas a Lula. Segundo o MPF o ex-presidente teria atuado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros órgãos com o objetivo de garantir a liberação de financiamentos para obras em Angola.

“Os trabalhos foram executados pela Construtora Odebrecht que em retribuição ao fato de ter sido contratada pelo governo angolano com base em financiamento para exportação de serviços concedido pelo BNDES, repassou aos envolvidos, de forma dissimulada, valores que, atualizados, passam de R\$ 30 milhões”, diz a nota do MPF.

Os denunciados são acusados de cinco crimes: corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e organização criminosa. Na semana passada o MPF recebeu da Polícia Federal o relatório final com o indiciamento do ex-presidente. Segundo os procuradores, as investigações devem continuar.

## ATUAÇÃO

A denúncia do MPF divide a atuação de Lula em dois momentos. No primeiro, ele é acusado de corrupção passiva, já que entre 2008 e 2010 era presidente da República. O segundo momento aconteceu entre 2011 e 2015 e a acusação é de tráfico de influência. Segundo os procuradores, mesmo fora do cargo, Lula atuou em benefício dos envolvidos.

“Além disso, o ex-presidente deve responder por lavagem de dinheiro, crime que, na avaliação dos investigadores, foi praticado 44 vezes e que foi viabilizado, por exemplo, por meio de repasses de valores justificados pela subcontratação da empresa Exergia Brasil, criada em 2009 por Taiguara Rodrigues dos Santos, ‘sobrinho’ de Lula e também denunciado na ação penal”, diz a nota do MPF.

O Ministério Público cita ainda que algumas das pagamentos indevidos foram feitos como remuneração por palestras que teriam sido feitas pelo ex-presidente a convite da Odebrecht.

11 OUT 2016

## TRIBUNA DO PARANÁ

# Defesa pede afastamento de Moro

Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolaram ontem duas ações pedindo o afastamento de 13 procuradores do Ministério Público Federal (MPF) envolvidos na força-tarefa da Operação Lava Jato e a retirada do juiz Sergio Moro como magistrado responsável por julgar a denúncia contra o petista e sua esposa, Marisa Letícia da Silva, que viraram réus pelo caso do triplex do Guarujá. Os pedidos serão analisados e, se negados, caberá recursos em instâncias superiores. Segundo o advogado Cristiano Zanin Martins, a coletiva concedida pela equipe coordenada pelo procurador Deltan Dallagnol no dia 14 de setembro foi feita baseada em um "espetáculo" e usou dinheiro público para apresentar assuntos que sequer eram objetos da denúncia. "Não há dúvida que os procuradores, ao fazerem a entrevista coletiva, não respeitaram as garantias fundamentais do ex-presidente Lula e Dona Marisa e fizeram por consequência uma exposição indevida da imagem, honra e reputação dos dois", disse Martins, durante coletiva de imprensa em São Paulo para comentar a defesa do petista.

A defesa de Lula apontou uma série de ocasiões em que, segundo ela, o juiz Moro "confundiu a função de julgador com a de acusador" na avaliação dos processos envolvendo o petista. De acordo com Zanin Martins, ao receber a denúncia feita pelo MPF no último dia 14, Moro passou a fazer adendos às omissões na peça de acusação, na forma de "esclarecimentos adicionais".

Sobre a denúncia feita ontem

pelo Ministério Público Federal de que o ex-presidente teria usado sua influência para favorecer a construtora Odebrecht e recebido propina em contratos referentes a Angola, o advogado de Lula disse não ter "conhecimento dos termos da denúncia". Segundo ele, os pagamentos recebidos por Lula da Odebrecht se referem às palestras que ele realizou e "estão no site do Instituto Lula. Toda a documentação está disponível para o público. Não se pode fazer paralelo entre estas palestras e o BNDES", disse.

1 1 OUT 2016

## BEMPARANÁ

**Bocaiúva do Sul**

### **Justiça pede prisão preventiva de empresário**

A Justiça em Bocaiúva do Sul pediu, ontem, a prisão preventiva do dono da empresa Explopar, Milton Lino da Silva. Ele é apontado como o responsável pela carga de dinamite que explodiu em Bocaiúva do Sul, na tarde de sábado. Silva já havia sido preso em flagrante no fim de semana. A defesa de Silva afirmou que irá recorrer da decisão.

De acordo com a defesa, a empresa foi vítima de ato criminoso praticado por outra pessoa. Portanto, o dono da empresa, no entendimento da defesa, não cometeu crime. No domingo, o advogado da empresa divulgou nota afirmando

que a explosão foi criminosa.

Ontem, vários caminhões se deslocaram até o barracão onde ocorre a explosão, de onde retiraram uma carga de espoletas e dinamite que estavam armazenadas em dois depósitos. A operação foi comandada pelo delegado Mário Sérgio Bradock. A carga será destruída.

O delegado Bradock disse para a imprensa, ainda na manhã de ontem, que não descarta nenhuma linha de investigação, inclusive a alegada pela defesa do empresário preso, de que a explosão foi provocada com o intuito de prejudicar a empresa.

1 1 OUT 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Justiça Eleitoral manda bloquear Facebook

A Justiça Eleitoral mandou bloquear a rede social Facebook em todo o país por 24 horas por descumprimento de uma liminar que determinava a suspensão da página "Hudo Caduco", que satiriza um candidato à prefeitura e foi publicada por um perfil anônimo.

A ordem do juiz eleitoral de Joinville (SC), Renato Roberge,



foi tomada no dia 5 e inclui também a identificação do IP da pessoa que fez as postagens, multa de R\$ 30 mil por dia de descumprimento da retirada da página do ar, multa de R\$ 30 mil pela transgressão e direito de resposta ao candidato ofendido que fez a representação, Udo Döhler (PMDB), que concorre ao segundo turno da prefeitura de Joinville (SC). ●

### MPF pede condenação de ex-diretores do Banco Panamericano

O Ministério Público Federal de São Paulo pediu a condenação de nove ex-diretores do Banco Panamericano, acusados de crimes como gestão fraudulenta e apropriação indébita entre 2007 e 2010. Com a gestão criminoso, o banco sofreu um rombo e foi vendido à Caixa Econômica Federal.

São acusados Luiz Sebastião Sandoval, Rafael Paladino, Wilson Roberto de Aro, Marco Antônio Pereira da Silva, Cláudio Baracat Sauda, Adalberto Savioli, Antônio Carlos Quinta Carletto, Eduardo de Ávila Pinto Coelho e Luiz Augusto Teixeira de Carvalho Bruno. O pedido de condenação foi feito à 6ª Vara Federal de São Paulo.

Segundo a denúncia, os executivos fraudaram o resultado dos balanços do banco em R\$ 3,8 bilhões (em valores não atualizados). Eles receberam, em bônus e pagamentos irregulares, mais de R\$ 100 milhões.

O banco apresentava falsos resultados positivos, mas em 2010 a fraude foi descoberta. O banco era de propriedade do apresentador Silvio Santos. ●